



AO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS DA POLICIA FEDERAL DE ALAGOAS – PF/AL
Processo Administrativo nº 08230.004701/2025-82
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025 - SR/PF/AL

RECURSO ADMINISTRATIVO

A ROSAN SERVIÇOS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.663.867/0001-88, com sede na Rua Desembargador Artur Juca, 76, SALA 101 A - Centro, CEP: 57.020-640 Fone: 3221–5148, e-mail rosan.s.g.l@hotmail.com, por intermédio de seu representante legal, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar RECURSO contra a habilitação WNS SERVICOS E LOCACOES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.486.088/0001-10.

I – DOS FATOS

O pregoeiro considerou **exequível** a proposta apresentada pela empresa WNS Serviços e Locações LTDA, autorizando sua permanência no certame após ajustes solicitados via chat. No entanto, a análise realizada não enfrentou questões fundamentais relativas à composição dos custos, à

aplicação dos critérios objetivos exigidos pelo Edital, Termo de Referência e instruções correlatas. Os erros presentes na planilha não são meras imperfeições formais: eles **afetam diretamente a exequibilidade**, reduzem artificialmente o custo real e colocam em risco a adequada execução contratual – especialmente considerando que se trata de um contrato de 24 meses, baseado majoritariamente em mão de obra direta.

II – DAS IRREGULARIDADES E DOS ERROS MATERIAIS QUE TORNAM A PROPOSTA INEXEQUÍVEL

1. Erro grave no cálculo do Vale-Transporte nos postos da cidade Maceió/AL – uso indevido da tarifa de R\$ 3,50 (cidadão), quando a tarifa empresarial é de R\$ 4,00

A empresa WNS utilizou a fórmula:

$$(44 \times \text{R\$ } 3,50) - (\text{R\$ } 2.600,50 \times 6\%)$$

obtendo um resultado **negativo** (–R\$ 2,03), mas não foi considerado. Esse erro ocorre porque a licitante considerou, equivocadamente, que a tarifa de referência é **R\$ 3,50**, valor destinado ao usuário comum. Para fins de contratos empresariais, o valor correto – é **R\$ 4,00**, conforme informação <https://vamumobilidade.com.br/2023/05/reajuste-tarifa/>.

Esse equívoco produz uma distorção na planilha, reduzindo artificialmente o valor da proposta. O TCU, no Acórdão 3.151/2014, é expresso ao afirmar que “valores negativos ou subestimados em benefícios obrigatórios descaracterizam a exequibilidade”. Assim, trata-se de erro material que impede a manutenção da proposta.

Ao aplicar corretamente a tarifa de R\$ 4,00 nos postos de Maceió, o benefício deixa de ser negativo e passa a **R\$ 19,97**, alterando sensivelmente o valor final da mão de obra e impactando o custo mensal, anual e global. Trata-se de um erro que, além de violar o art. 60 da Lei 14.133/2021, compromete diretamente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Dessa forma, constata-se que após a alteração necessária quanto o valor do vale transporte, observamos abaixo a diferença:

Planilha apresentada pela Prestadora:

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Posto	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total (24 meses)
Assistente Administrativo V (em Maceió-AL e sem periculosidade)	5.329,49	3	R\$ 15.988,47	R\$ 191.861,64	R\$ 383.723,28
Assistente Administrativo V (em Arapiraca-AL e sem periculosidade)	5.327,76	1	R\$ 5.327,76	R\$ 63.933,12	R\$ 127.866,24
Assistente Administrativo V (em Maceió-AL e com periculosidade)	6.740,77	15	R\$ 101.111,55	R\$ 1.213.338,60	R\$ 2.426.677,20
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 122.427,78
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.469.133,36
VALOR TOTAL 24 (meses)					R\$ 2.938.266,72

Após a devida alteração com o valor correto do vale transporte:

Tipo de Serviço	Valor Proposto por Posto	Quantidade	Valor Mensal	Valor Anual	Valor Total (24 meses)
Assistente Administrativo V (em Maceió-AL e sem periculosidade)	5.351,29	3	R\$ 16.053,87	R\$ 192.646,44	R\$ 385.292,88
Assistente Administrativo V (em Arapiraca-AL e sem periculosidade)	5.327,76	1	R\$ 5.327,76	R\$ 63.933,12	R\$ 127.866,24
Assistente Administrativo V (em Maceió-AL e com periculosidade)	6.762,53	15	R\$ 101.437,95	R\$ 1.217.255,40	R\$ 2.434.510,80
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 122.819,58
VALOR TOTAL ANUAL					R\$ 1.473.834,96
VALOR TOTAL 24 (meses)					R\$ 2.947.669,92

Com base no resumo dos valores apresentados pela WNS, observamos que na planilha apresentada o valor total é de **R\$ 2.938.266,72 (Dois milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)**, após a correção necessária é obtido o valor de **R\$ 2.947.669,92 (Dois milhões, novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos)**, refletindo em uma diferença para o período de 24 meses de **R\$ 9.403,20 (Nove mil, quatrocentos e três reais e vinte centavos)**.

2. Inexequibilidade Fiscal e Justificativa Evasiva do PIS/COFINS

Adicionalmente, a proposta da Recorrida apresentou alíquotas de PIS e COFINS que suscitam grave presunção de inexequibilidade fiscal, por não corresponderem às alíquotas nominais do regime tributário declarado.

A Recorrida, presumivelmente optante pelo regime de Lucro Real, sujeita-se à incidência Não Cumulativa de PIS (1,65%) e COFINS (7,6%). No entanto, a licitante cotou as alíquotas de 0,27% (PIS) e 1,23% (COFINS), percentuais significativamente inferiores aos nominais.

Para justificar a exequibilidade, a Recorrida apresentou o documento "JUSTIFICATIVA TÉCNICA – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E NÃO PAGAMENTO DE DARF" (anexo aos autos).

Essa justificativa é manifestamente evasiva e omissiva. O documento se limita a explicar a forma de quitação dos tributos (compensação de créditos via DComp, nos termos do Art. 74 da Lei nº 9.430/1996), e não o mérito da alíquota aplicada na planilha.

A Recorrida falhou em: (a) Justificar a base legal específica para a redução da alíquota; (b) Apresentar a memória de cálculo que resulta nos 0,27% e 1,23% para este tipo de contrato.

O Recorrente não questiona a legalidade da compensação de débitos, mas sim a inexequibilidade das alíquotas médias efetivas declaradas. A jurisprudência do TCU exige a demonstração de que o

percentual cotado corresponde à carga tributária efetivamente devida (alíquota média líquida), o que a Recorrida não fez, reforçando a presunção de subestimação do custo fiscal.

Conclusão do Vício II: A omissão intencional da Recorrida em demonstrar a legalidade das alíquotas de 0,27% e 1,23% configura risco fiscal inaceitável para a Administração, ensejando a desclassificação por inexecutabilidade fiscal.

Ressaltando ainda que a licitante declarada vencedora apresentou proposta contendo inequívocas inconsistências nos percentuais tributários que compõem sua formação de custos, uma vez que declarou operar sob o regime de Lucro Real, mas aplicou alíquotas manifestamente incompatíveis com esse enquadramento fiscal, conforme supracitado. Tal incongruência viola inúmeros princípios do direito administrativo, em especial da veracidade das informações, comprometendo a fidedignidade da planilha apresentada e impede a correta comparação entre as propostas, configurando motivo mais que suficiente para sua desclassificação.

Ademais, verifica-se que a empresa deixou de apresentar documentação contábil idônea capaz de comprovar os percentuais utilizados, **pois não juntou o Escrituração Contábil Fiscal – ECF**, do último exercício social, **documento hábil a demonstrar de forma precisa os tributos efetivamente incidentes no regime declarado**. A apresentação isolada da DCTFWeb não supre tal exigência, visto que não permite aferir os percentuais aplicados na composição dos encargos, inviabilizando a verificação da regularidade da proposta. Assim, diante dos índices incorretos e da ausência de documentação adequada, ressalta-se a necessidade da desclassificação da licitante.

III -Insuficiência da Margem para o Prazo Contratual (24 Meses)

A proposta não se sustenta sequer para o início do contrato, muito menos para 24 meses.

Conforme a própria planilha da licitante, a margem final residual obtida é comprovadamente insuficiente para cobrir os diversos custos e riscos inerentes a um contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra e com conta vinculada.

Essa margem ínfima deve, teoricamente, cobrir uma série de despesas e riscos:

- Administração e Lucro;
- Riscos operacionais;
- Glosas da fiscalização;
- Reposicionamentos ou substituições imprevistas;
- Despesas administrativas.

O entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) é uníssono: margens reduzidas em contratos de mão de obra direta afetam diretamente a sustentabilidade do contrato e representam um claro risco de inadimplemento contratual (a exemplo do Acórdão 1.876/2020).

Portanto, a proposta da licitante WNS não resiste a uma análise mínima de sustentabilidade econômico-financeira.

Os erros identificados não são de pequena monta; tratam-se de **vícios estruturais na composição da planilha**, capazes de tornar a proposta da WNS materialmente inexecutável, devendo, portanto, ser **desclassificada**, nos termos do art. 60 da Lei 14.133/2021.

A manutenção da proposta da WNS representa risco concreto de:

- descontinuidade dos serviços,
- inadimplemento trabalhista,
- responsabilização subsidiária da União,
- impossibilidade de execução contratual sustentável,
- desequilíbrio econômico-financeiro futuro.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

1. O conhecimento e provimento do presente recurso.
2. O reconhecimento formal da **inexequibilidade** da proposta, com sua consequente **desclassificação**, nos termos do art. 60 da Lei 14.133/2021.
3. A reforma da decisão que considerou exequível a proposta da empresa WNS.
4. O retorno do certame à fase de julgamento, com convocação da licitante seguinte.

Maceió, 14 de novembro de 2025

Atenciosamente,

Rosan Serviços Gerais Ltda
CNPJ: 04.663.867/0001-88